7º Seminário de Graduação e Pós-Graduação em Relações Internacionais da Associação Brasileira de Relações Internacionais

“Rumo à multipolaridade? Tensões, alianças e o lugar do Brasil na ordem global”

Economia Política Internacional

CHINA: PROJEÇÃO MUNDIAL, MULTIPOLARIDADE E TRANSIÇÃO ENERGÉTICA

Jean Anderson Soares

Mestrando no Programa de Pós- Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Porto Alegre, dezembro de 2024

Resumo Expandido

Partindo da declaração de Arrighi que sugere uma possível transição do epicentro econômico em direção a Pequim, cenários onde essa possível alteração no eixo econômico pode acontecer, percebe-se uma inércia com difíceis horizontes de melhor no eixo econômico, porém é inegável o ganho de relevância que a RPC vem tendo nos últimos anos. Ao considerar a atuação chinesa nos últimos anos, é crucial observar que ela desafia concepções convencionais de desenvolvimento capitalista. Autores como Arrighi argumentam que o sucesso econômico chinês contradiz a ideia de que a globalização é inerentemente antagônica ao papel do Estado na economia. Isso destaca a importância das intervenções estatais, muitas vezes negligenciadas pelas concepções predominantes de projeção econômica baseadas em valores liberais (Pautasso, 2019, p.187). Dado que no atual contexto do mundo existem pontos que devem ser levados em consideração no desenvolvimento de políticas de inclusão e projeção global. Ou seja, as necessidades de consumo do Estado devem obedecer a certas restrições impostas para que questões relacionadas à preservação ambiental sejam respeitadas.

Este trabalho busca elucidar as interações da China com os países em desenvolvimento, especialmente no contexto dos investimentos estratégicos no setor energético, com o objetivo de fornecer uma compreensão mais abrangente de averiguar como tais relações ampliam a relevância e a influência chinesa na projeção mundial. Através desses investimentos, a China não apenas busca garantir acesso a recursos escassos dentro de seu território, mas também se posiciona como uma das principais distribuidoras de energia globalmente, reforçando sua influência geopolítica. Ademais, parte-se do pressuposto que alianças estratégicas com países emergentes além de gerar acesso a recursos necessários ao Estado chinês, gera um ambiente de contestação ao bloco hegemônico atual, muito pelo dos países emergentes oferecerem soluções multipolares nas relações internacionais.

Essa pesquisa deve incluir um levantamento bibliográfico sobre as aspirações de crescimento da China, bem como suas adaptações e direcionamentos no setor energético. Acredita-se que tal análise pode estabelecer uma base interpretativa renovada sobre o assunto, contribuindo para um entendimento mais profundo da matéria. Portanto, é essencial que a revisão bibliográfica seja meticulosa, garantindo que as conexões entre os diversos temas sejam articuladas de forma coerente e sistemática

Na pesquisa conta-se que as inversões chinesas nos países em desenvolvimento, especialmente no setor energético, são motivadas principalmente pela busca por recursos naturais. Dada a desigual distribuição global da produção e demanda de energia, muitos países e regiões enfrentam desafios para atender às suas necessidades internas apenas com suas próprias reservas energéticas. Isso contribui para uma concentração dos investimentos

chineses em mercados emergentes e países em desenvolvimento, onde a demanda por energia é alta e os recursos são escassos.

A China, como principal investidora em energia renovável no mundo, tem desempenhado um papel crucial na aceleração da adoção global de fontes limpas de energia. De fato, a China é líder mundial em capacidade instalada de energia solar e eólica. Em 2020, por exemplo, mais da metade da capacidade de geração de energia solar e eólica adicionada globalmente foi na China.

Esses investimentos em energia renovável refletem a preocupação da China com as emissões de gases poluentes e com a necessidade de descarbonização. A China estabeleceu metas ambiciosas para reduzir suas emissões de carbono. Para atingir esses objetivos, o país está investindo pesadamente em tecnologias limpas, como solar, eólica, hidrelétrica e nuclear, além de promover políticas que incentivam a eficiência energética e a redução do consumo de carvão, que historicamente foi a principal fonte de energia na China

No entanto, apesar do rápido crescimento das energias renováveis, a transição para uma economia de baixo carbono enfrenta desafios significativos. Questões como a integração de energia renovável à rede elétrica, o armazenamento de energia e a gestão da demanda são áreas que exigem atenção contínua para garantir uma transição suave e eficaz.

Portanto, os investimentos chineses em energia renovável nos países em desenvolvimento não apenas contribuem para a mitigação das mudanças climáticas globalmente, mas também promovem a influência da China na arena energética internacional, ao mesmo tempo em que impulsionam a transição global para uma economia mais limpa e sustentável.

Palavras Chave: China, Transição Energética, Investimento Estrangeiro

Introdução

Ainda nos deparamos com uma lacuna significativa de ferramentas que possam oferecer uma análise abrangente acerca do protagonismo que a China ostenta no contexto global contemporâneo. Neste sentido, as reflexões de Arrighi (2009) emergem como particularmente esclarecedoras, ao atribuir à China um papel de primazia no complexo processo de transformação estrutural que permeia o mundo atual. Tal assertiva suscita uma gama diversificada de interpretações na esfera acadêmica, levando ao questionamento sobre a maneira exata pela qual essa centralidade e dinamismo podem se manifestar. Embora o percurso de crescimento econômico experimentado pelo país seja inegável, emergem incertezas sobre a possibilidade de a República Popular da China (RPC) servir como um modelo a ser emulado por outras nações que aspiram a um destaque semelhante, ou ainda

se os recentes acordos comerciais liderados pela China possuem a capacidade intrínseca necessária para reconfigurar a atual estrutura econômica global.

No ano de 2009, em meio ao tumultuado cenário provocado pela pior crise econômica das últimas oito décadas, a China perseverou em sua trajetória ascendente, sustentando uma robusta taxa de crescimento de 9,1%. Enquanto Estados Unidos, Europa e Japão se viam enredados em retrações econômicas, a China, com um engenhoso planejamento estratégico, manteve seu ímpeto de desenvolvimento através de uma ampla gama de medidas de estímulo fiscal e monetário, acompanhadas por uma expansão creditícia substancial. Simultaneamente, os estreitamentos cada vez mais intensos dos laços entre a China e as economias em desenvolvimento possibilitaram um certo grau de dissociação dessas nações em relação ao ciclo adverso que afetava as economias mais avançadas, de acordo com a ótica estabelecida pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) (Bosler; Rodrigues; Pereira, 2014).

A relação estabelecida de mútuo desenvolvimento, promovida pela China em suas políticas de internacionalização, visa conquistar novos mercados e se apresenta como uma das principais alternativas da RPC diante dos desafios inerentes ao ambiente de baixo crescimento econômico. O aprofundamento do diálogo com países emergentes proporciona acesso aos mercados dessas economias, que são ricas em recursos de interesse para a China. A vantagem de estabelecer trocas com países em desenvolvimento reside não apenas na abundância de matérias-primas que estes oferecem, mas também na redução de custos de transação e na simplificação de entraves burocráticos, frequentemente presentes nas tratativas com países desenvolvidos. Assim, surge uma oportunidade propícia para garantir novas possibilidades às empresas estatais, enquanto os recursos energéticos se configuram como um complemento vital às carências de insumos no território chinês.

O propósito subjacente deste trabalho é lançar luz sobre as interações da China com os países em desenvolvimento, representados aqui pelos investimentos estratégicos no setor energético. Isso visa fornecer os mecanismos necessários para uma compreensão mais abrangente de como tais relações ampliam a relevância e a influência chinesa no plano estatal de projeção mundial. Parte-se do pressuposto de que, ao estreitar as relações com países de renda média ou baixa, a China não apenas garante o acesso a recursos escassos em seu território, seja pela alta demanda interna ou pelas limitações locais, mas também se consolida como uma das principais distribuidoras de energia em escala global elevando sua importância para relações internacionais o que compreende parte da estratégia de crescimento estatal do país.

Para além desta breve introdução, serão apresentadas mais três seções: a primeira dissertará sobre a China no período pós-anos 2000 e a intensificação do processo de

investimento estrangeiro, com o intuito de contextualizar e oferecer uma dimensão mais precisa do que constitui o plano chinês. Em seguida, será abordado o processo de aproximação da China com os países em desenvolvimento, também conhecido como Sul Global, e de que forma esse espaço se configura como uma fonte confiável para os investimentos chineses, através da análise dessas determinantes. Na terceira seção, o setor energético será detalhado, dada sua importância crucial tanto na manutenção das relações com economias menores quanto nas aspirações de crescimento da China. Por fim, serão apresentadas as considerações finais do trabalho desenvolvido.

Restrições ao Crescimento e a Alternativa do IED

Ao final da primeira década do século XXI, os formuladores das políticas econômicas da RPC se viam diante de um desafio crucial: reavivar o ritmo acelerado de crescimento que havia marcado na China com taxas de expansão de dois dígitos, até que a crise financeira global de 2008 interrompeu esse avanço. A economia chinesa continuou a crescer e a assumir um papel de destaque no cenário global, mas, à medida que isso acontecia, os desafios para sustentar esse crescimento tornaram-se mais complexos, assemelhando-se cada vez mais aos obstáculos enfrentados pelas economias avançadas.

A crise de 2008 não apenas impediu o ímpeto de crescimento da China, como também ocorreu com o país adotando políticas econômicas meticulosamente planejadas para lidar com as incertezas globais. O impacto negativo no mercado financeiro internacional refletiu-se em quedas trimestrais no PIB chinês, conforme relatado por Girón (2020). A retração da demanda externa reduziu significativamente o volume de exportações e importações da China, o que, por sua vez, provocou uma desaceleração do crescimento econômico entre 2007 e 2009, quando a taxa de crescimento caiu de 14,2% para 9,2% (Ciseski, 2012). Além dos efeitos na balança comercial, a crise afetou a entrada de capitais estrangeiros e a demanda por crédito no país, apresentando desafios adicionais para a sustentação do crescimento chinês a longo prazo.

Como resposta, o governo chinês lançou um pacote de estímulos massivos, com investimentos públicos superiores a 586 bilhões de dólares – cerca de 48% do PIB nacional. No final de 2008, um conjunto de medidas fiscais foi implementado para compensar a queda na demanda externa (Ciseski, 2012). Apesar da eficácia inicial, esta abordagem expôs as limitações do modelo de crescimento baseado em exportações, e tornou-se claro que a China precisaria reorientar sua estratégia econômica, promovendo uma expansão da demanda interna para fortalecer a resiliência frente a um cenário global volátil.

Conforme analisado por Cintra e Pinto (2017), a China agora enfrenta um processo de transição econômica interna, impulsionado pelas contradições geradas pelo modelo de crescimento intensivo em investimentos, que produziu desequilíbrios sociais e econômicos. O governo chinês busca estabelecer um modelo de crescimento mais sustentável, adaptando políticas de bem-estar às características locais. Essa transformação envolve não apenas uma nova abordagem para o crescimento doméstico, mas também novas dinâmicas nas relações internacionais, com mudanças nas áreas financeiras, diplomáticas e de defesa (Cintra; Pinto, 2017, p. 382).

Os altos níveis de investimento, que representam aproximadamente metade do PIB, acarretam desafios como dependência excessiva de grandes projetos de infraestrutura e do setor imobiliário, além do aumento da individualização pública. A China busca, assim, um novo modelo que possa reduzir essa dependência de setores intensivos em capital e energia, além de promover maior bem-estar social e diminuir as desigualdades regionais e sociais. (Ribeiro 2018)

Além dos desafios internos, a China enfrentou a necessidade de requalificar sua força de trabalho urbana e rural, enquanto lida com o esgotamento dos ganhos de produtividade provenientes da rápida industrialização. A economia precisa migrar de um modelo focado na expansão da capacidade produtiva para um orientado pela inovação e eficiência (Manzi; Viola, 2020), buscando uma transição mais equilibrada e sustentável.

Scherer (2015) destaca que o governo chinês reagiu à crise de 2008 incentivando o consumo interno, impulsionado pela expansão do crédito, o que tornou a China uma maior base monetária global. Paralelamente, a China intensificou os laços comerciais com mercados emergentes e ampliou os investimentos externos, alavancados por suas vastas reservas financeiras. Essa expansão foi marcada por investimentos principalmente em bens intermediários, mas, com a queda dos preços das commodities após 2013, a demanda externa de mercados emergentes interfere-se, levando o governo chinês a reconsiderar a dependência exclusiva do mercado doméstico para manter o crescimento (Ribeiro, 2018). Para sustentar o avanço econômico, tornou-se fundamental fortalecer a exportação de investimentos e ampliar a presença da China no exterior, buscando garantir uma demanda estável para a produção doméstica.

A origem do movimento de internacionalização do capital chinês remonta ao programa “Going Global”, previsto pelo 16.º Congresso do Partido Comunista Chinês. Esse programa buscava promover investimentos chineses no exterior, descentralizando as autorizações para que as empresas chinesas se estabelecessem internacionalmente e ampliando o reconhecimento de suas marcas (ACIOLY; PINTO; CINTRA, 2011). A internacionalização tornou-se, assim, uma extensão estratégica das políticas internacionais, fortalecendo a

influência chinesa em mercados estrangeiros e consolidando o papel da China no cenário global.

Tal cenário elevou a China à posição de um proeminente investidor no cenário mundial, conferindo às suas transações comerciais com o restante do globo uma intrincada tessitura de complexidade. Essa transformação não apenas reflete a crescente interdependência econômica entre nações, mas também evidencia as multifacetadas relações que a China estabelece em sua incessante busca por recursos estratégicos e novos mercados, imbuindo o comércio internacional com uma dinâmica que transcende meras trocas de bens, engendrando, assim, um contexto de interações cada vez mais sofisticadas e imersas em um panorama global em constante evolução

Em resumo, a China enfrentou o desafio de avanço em áreas como tecnologia, pesquisa e desenvolvimento de um ambiente favorável à inovação e ao empreendedorismo. Reformas estruturais, políticas de incentivo à inovação e uma maior abertura ao capital estrangeiro são passos essenciais para consolidar a China como uma potência global emergente e garantir a continuidade do seu crescimento econômico.

Sul Global, busca por recursos e alianças

Pensar em um mundo multipolar exige considerar as fragilidades que emergiram nas economias desenvolvidas e buscar alternativas para as crises econômicas que marcaram o início do século XXI (Pinto, 2016). A instabilidade existente ao sistema capitalista impulsionou países de alta renda a adotarem políticas anticíclicas como forma de mitigar os impactos negativos sobre o produto a nível global. Em contraste, emergiu uma contribuição crescente de economias emergentes, tanto em exportações quanto na acumulação de reservas. A China, em particular, destaca-se não apenas pela sua importância histórica na produção global, mas também pelo impacto limitado que a crise atingiu em seu mercado doméstico (Pinto, 2016).

Esse dinamismo das nações emergentes, liderado pela China, sinalizando uma ruptura com a hegemonia ocidental, revelando a formação de uma ordem multipolar, onde o poder econômico, político e cultural se torna mais descentralizado e diversificado. Nesse cenário, a influência global deixa de estar equipada apenas nas economias desenvolvidas, sendo compartilhadas com novas potências que trazem complexidade e inovação ao sistema global (Sugahara; Prado; Tiburcio, 2021).

Um mundo multipolar redefine alianças e promove uma diplomacia focada em interesses regionais. Para a China, essa nova estrutura oferece oportunidades para expandir sua influência por meio de iniciativas de investimentos estruturais, conectando economias na

Ásia, Europa e África, promovendo a construção de infraestrutura e a expansão de mercados. Esse movimento faz da China um ponto central em uma rede de interdependência econômica, desafiando o modelo tradicional centrado no Ocidente. Ao mesmo tempo, o surgimento de múltiplos polos de poder tende a reduzir o unilateralismo e a estimular a cooperação global em áreas como o combate às mudanças climáticas e o desenvolvimento sustentável.

Esse modelo multipolar aumenta a resiliência do sistema econômico e fortalece a autonomia dos países em desenvolvimento. Isso não só permite que esses países reduzam a dependência das economias ocidentais, mas também contribuem para uma ordem internacional onde as vozes regionais e as agendas locais ganham maior relevância. A perspectiva multipolar permite que essas nações emergentes desempenhem papéis centrais nas decisões políticas e econômicas globais, consolidando-se como protagonistas no cenário internacional (Sugahara; Prado; Tiburcio, 2021).

A trajetória da China nesse contexto também reflete os desafios históricos enfrentados pelo país, incluindo as restrições ocidentais às exportações e as dificuldades em estabelecer alianças com países desenvolvidos. Como resposta, Pequim buscou alianças alternativas para ampliar sua influência global. No entanto, tal posicionamento gerou resistência no Ocidente, que inicialmente subestimou o protagonismo chinês (Visentini, 2023).

Em 1996, um marco relevante foi a criação da Organização de Cooperação de Xangai, em parceria com a Rússia e as repúblicas centro-asiáticas, uma aliança que se expandiu para incluir a Índia e o Paquistão. Essa organização transcende as fronteiras políticas, abrangendo segurança e economia, consolidando um núcleo estratégico na Eurásia. Esse movimento amplia o acesso aos recursos naturais e industriais, mas também apresenta novos desafios e divergências em uma região diversa e complexa (Visentini, 2023, p. 68).

As alianças alternativas formadas pela China, entretanto, não se restringiram à Ásia. A criação do BRICS — formada por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul — ampliou a presença de países emergentes no cenário mundial, especialmente após a crise de 2008, que afetou menos esses países em comparação com as economias desenvolvidas. Pautasso (2011) destaca o aumento da relevância dos emergentes no pós-crise, favorecendo a interação Sul-Sul e promovendo um duplo efeito no sistema internacional. Por um lado, os países emergentes procuram preservar a estabilidade global e fortalecer as instituições multilaterais, essencial para promover a paz e a cooperação. Por outro lado, trabalham para alterar o equilíbrio de poder global, explorando as fragilidades das estruturas hegemônicas e garantindo que suas vozes sejam ouvidas nas decisões globais (Pautasso, 2011, p. 7).

Com o crescimento das relações econômicas e financeiras da China, as interações tornam-se cada vez mais complexas. Vadell et al. (2020) observam que as relações com os parceiros globais, estruturadas em acordos bilaterais ou multilaterais, são marcadas por um

pragmatismo estratégico que busca maximizar a inserção da China no mercado global. No entanto, à medida que os investimentos e as relações se aprofundam, cresce o desafio de manter o princípio da “não interferência”, uma vez que parcerias mais próximas frequentemente exigem abordagens intervencionistas para salvaguardar os interesses estratégicos chineses (Vadell et al., 2020, pág. 461).

Sob essa perspectiva, a Cooperação Sul-Sul (CSS) anunciada pela China não se limita a consolidar os vínculos já existentes, mas visa também expandir novas possibilidades de desenvolvimento e cooperação estratégica, especialmente entre nações como emergentes (Vadell, 2018, p. 20). Uma das principais respostas da China à estagnação econômica observada em algumas economias desenvolvidas tem sido o fortalecimento de parcerias com países emergentes e o aumento significativo dos investimentos externos nesses locais (Ribeiro, 2018).

Nesse sentido, destaca-se a emblemática *Belt and Road Initiative* (BRI), um dos exemplos mais significativos da estratégia de investimento global da China. Lançado em 2013 pelo presidente Xi Jinping, o projeto abriga uma ampla rede de investimentos, especialmente focada em infraestrutura, e tem sido concebido tanto como uma nova etapa da globalização impulsionada pela China quanto como uma ferramenta de longo prazo para promover a segurança e o desenvolvimento econômico do país (Mendonça, 2021, p. 9). A BRI envolve uma mobilização específica de bancos públicos e privados chineses, além da criação de fundos específicos para o financiamento de projetos, incluindo a participação de bancos multilaterais de desenvolvimento que ajudam a financiar projetos de nações parceiras.

Para Tan, Chang e Suo, a proximidade da China com os países participantes da BRI se manifesta não apenas pela geopolítica, mas por fatores como laços históricos, migrações e encontros diplomáticos frequentes. Essas condições favorecem a transferência de capitais, consolidando a posição da China como parceira preferencial e promovendo um eixo de desenvolvimento alternativo, em que a cooperação é moldada por interesses mútuos e por uma visão partilhada de crescimento e autonomia.

Diante dessa estratégia, é necessário compreender quais ativos específicos atraem os capitais chineses e, principalmente, como esses investimentos importantes para consolidar a influência global do país. O setor energético, por exemplo, é um alvo prioritário e exemplifica, de maneira prática, o impacto e a abrangência da estratégia chinesa. A análise dos investimentos em energia revela não apenas o objetivo chinês de garantir a segurança energética, mas também o fortalecimento de sua posição nas cadeias globais de valor e o acesso contínuo a recursos essenciais para o seu desenvolvimento industrial e tecnológico.

A transição energética

Ao examinar o percurso econômico da China nas últimas décadas, conforme discutido nesta dissertação, destaca-se a magnitude e a celeridade dos resultados obtidos, os quais têm consolidado o país como um dos principais atores no cenário internacional. A ascensão econômica chinesa, marcada pela industrialização intensa, urbanização em larga escala e expansão de suas cadeias produtivas globais, culminou na transformação da RPC na segunda maior economia mundial, conforme apontado pelo National Bureau of Statistics (NBS, 2022). Essa trajetória, no entanto, não ocorreu sem desafios: o crescimento rápido também gerou complexos dilemas ambientais que exigem do governo chinês um delicado equilíbrio entre desenvolvimento econômico e sustentabilidade.

Desde o início dos anos 2000, o crescimento econômico chinês, para além dos benefícios financeiros e sociais, revelou-se inevitavelmente vinculado ao aumento significativo da poluição ambiental. O progresso industrial, essencial para que a China alcançasse posições elevadas no cenário econômico global, veio acompanhado de um impacto expressivo sobre o meio ambiente, especialmente em setores industriais de alta intensidade, como siderurgia, fabricação de cimento e geração de energia a partir do carvão. Esses setores, embora fundamentais para o desenvolvimento da infraestrutura e para a urbanização acelerada, representam também alguns dos maiores consumidores de recursos naturais, além de estarem entre os principais emissores de poluentes (Ying, 2004). O custo ambiental, nesses termos, tornou-se um aspecto inevitável da política econômica do país, que agora se vê obrigado a buscar estratégias mais equilibradas para mitigar esses impactos.

A China destaca-se como o maior consumidor de carvão do mundo, um combustível cujas emissões contribuem significativamente para a poluição atmosférica e para o aquecimento global. Em virtude de sua dependência de fontes de energia fósseis, a matriz energética chinesa é caracterizada por uma notável vulnerabilidade aos impactos ambientais. A queima de carvão não apenas libera uma quantidade alarmante de gases de efeito estufa, mas também resulta na emissão de poluentes atmosféricos, como o dióxido de enxofre e as partículas finas, que agravam problemas de saúde pública e deterioram a qualidade do ar (Garcia, Borghi, 2024)

Apesar dos esforços recentes do governo chinês para diversificar sua matriz energética, incluindo investimentos em energias renováveis como solar e eólica, o carvão ainda representa uma parte preponderante da geração de eletricidade no país. Esta dependência exacerbada de combustíveis fósseis reflete tanto a rápida industrialização da China quanto a crescente demanda por energia, o que levanta preocupações sobre a

sustentabilidade do seu modelo de crescimento econômico. Portanto, a transição para uma matriz energética mais limpa e sustentável é não apenas uma necessidade ambiental, mas também uma questão crucial para a saúde e o bem-estar da população chinesa e para o cumprimento de compromissos internacionais (Garcia, Borghi, 2024).

Diante do cenário de crescente degradação ambiental e das pressões globais por responsabilidade ecológica, a China passou a adotar um papel de liderança na promoção da transição energética, assumindo uma postura mais ativa na contenção das emissões de gases poluentes (Nunes et al., 2023). Esse movimento não apenas reflete um reposicionamento estratégico, mas também traduz uma mudança fundamental nas prioridades internas, que agora incluem compromissos ambientais e desenvolvimento sustentável. Tal compromisso se concretiza em iniciativas legislativas como a nova Lei de Proteção ao Meio Ambiente, que implementa critérios ambientais e de sustentabilidade nas avaliações de desempenho de gestores públicos e agentes políticos. Essa legislação, além de ser uma ferramenta de controle, também serve como incentivo para que governos locais e empresas se alinhem às metas climáticas estabelecidas pelo governo central, incluindo indicadores específicos de eficiência energética como parte de seu sistema de avaliação de sucesso, reforçando a urgência de políticas eficazes para a mitigação dos impactos ambientais.

Com essa realidade, Pequim começou a implementar uma estrutura política orientada para a redução do consumo de carbono, visando, consequentemente, a diminuição das emissões de gases poluentes. O governo chinês tem promovido políticas e incentivos para estimular investimentos em setores energéticos que causem menor impacto ambiental, com destaque para as fontes de energia renováveis (Garcia, Borghi, 2024). Essas iniciativas incluem não apenas o desenvolvimento de projetos em energia solar e eólica, mas também a pesquisa e a inovação em tecnologias sustentáveis, que buscam aprimorar a eficiência energética e a redução de resíduos. Além disso, a China tem estabelecido metas ambiciosas para aumentar a proporção de energia limpa em sua matriz, refletindo um compromisso crescente com a mitigação das mudanças climáticas.

Além disso, o governo chinês desenvolveu uma série de incentivos fiscais e subsídios voltados para o setor energético e para empresas que se dedicam a práticas sustentáveis. A concessão de subsídios se consolidou como uma peça-chave para compensar governos subnacionais em um país com uma estrutura fiscal profundamente descentralizada, onde várias províncias dependem significativamente da exploração do carvão. Nesse contexto, o "crédito verde" emergiu como uma ferramenta estratégica para impulsionar a economia em direção a práticas de baixo carbono, estimulando setores produtivos menos agressivos ao meio ambiente e fortalecendo a sustentabilidade econômica local.

Nos últimos anos, a China também ampliou o escopo de incentivos tributários voltados para a pesquisa e desenvolvimento (P&D) de tecnologias sustentáveis, além de incentivar as indústrias verdes. A exemplo disso, empresas dedicadas à prevenção e controle da poluição recebem alíquotas preferenciais de imposto de renda, demonstrando o empenho do governo em estimular atividades que contribuem para a mitigação das mudanças climáticas (Nunes et al., 2023). Além dos setores industriais, as políticas de dedução fiscal beneficiam significativamente a geração de energia a partir de fontes renováveis, como hidrelétricas, que recebem isenções fiscais que variam de 50% a 100% no imposto sobre o valor adicionado. Esse suporte fiscal é um sinal claro do compromisso da China em promover a sustentabilidade, reduzindo a dependência de combustíveis fósseis e incentivando a adoção de práticas ambientais mais responsáveis em toda a economia.

Internacionalmente, o investimento chinês em energia renovável também experimentou uma transformação notável desde o início do século XXI. Entre 2020 e 2024, a China direcionou cerca de US$ 14,7 bilhões para investimentos globais em setores de transmissão de energia e energias renováveis, com ênfase especial na geração hidrelétrica e solar. As regiões prioritárias para esses investimentos incluem o Sudeste Asiático, Paquistão, Brasil e Nigéria, onde a demanda por infraestrutura energética sustentável continua a crescer rapidamente (Xue et al., 2024). Essa nova orientação reflete uma mudança de foco estratégico em direção a fontes de energia limpas e renováveis, contrastando com o cenário anterior, em que o petróleo e o carvão eram os principais alvos de investimento externo. Com a diminuição do investimento no setor de petróleo, que caiu de US$ 6,8 bilhões para US$ 2 bilhões, e uma tendência semelhante observada no setor de carvão, a China fortalece sua posição como líder na transição global para energias renováveis.

A nível doméstico, a política chinesa também tem adotado incentivos ao consumo consciente, promovendo a aquisição de bens de baixo impacto ambiental enquanto eleva a carga tributária sobre produtos que geram externalidades negativas. Nesse contexto, por exemplo, a isenção de impostos para veículos elétricos incentiva consumidores a optarem por alternativas mais sustentáveis, ajudando a reduzir o consumo de combustíveis fósseis e a diminuir a pegada ambiental dos cidadãos.

A participação da China em fóruns internacionais sobre mudança climática revela, segundo Moreira e Ribeiro (2015), uma política externa pragmática e orientada por interesses domésticos, principalmente em relação ao crescimento sustentável. Embora profundamente envolvida nas discussões globais, a postura chinesa demonstra que suas políticas ambientais estão subordinadas a objetivos de desenvolvimento interno. A política externa da China sobre mudança climática, portanto, busca um equilíbrio estratégico, alinhando as exigências

ambientais internacionais às necessidades de crescimento econômico do país, reforçando o papel da China como potência emergente sem comprometer seu ímpeto de desenvolvimento.

Dessa forma, a análise de Haffner e Reis (2023) ressaltam o papel de destaque que a China desempenha na transição energética global, consolidando-se como uma potência emergente no cenário internacional. Esse posicionamento evidencia uma rede estratégica de ações que procuram conciliar o crescimento econômico com a necessidade de mitigação dos impactos ambientais. A promoção de investimentos diretos estrangeiros em energias renováveis e a internacionalização das empresas chinesas estão intimamente ligadas à busca por novas fontes energéticas que reduzam a dependência dos combustíveis fósseis. Com isso, a China não apenas diversifica sua matriz energética, mas também assume uma posição de liderança global na transição para uma economia de baixo carbono, essencial para garantir a sustentabilidade de seu desenvolvimento no longo prazo.

Considerações Finais

A importância dos investimentos estrangeiros diretos na trajetória econômica da China não pode ser subestimada, especialmente no contexto das crises econômicas globais que se seguiram ao início dos anos 2000. À medida que o mundo enfrentava as repercussões da bolha das empresas de tecnologia e, posteriormente, da crise financeira de 2008, a China emergiu não apenas como um destino preferencial para investidores internacionais em busca de crescimento sustentável, mas também como um ator global proeminente no papel de investidor. Os IEDs proporcionaram à China acesso a capital, tecnologia e expertise, permitindo à nação modernizar sua infraestrutura e fortalecer sua posição nas cadeias globais de valor. A contemporaneidade, fez com que a China também está se consolidasse como uma das principais fontes de investimento no exterior, expandindo sua influência econômica em várias regiões, particularmente na Ásia, África e América Latina.

Esse movimento reflete a estratégia da China de adotar uma abordagem multipolar, buscando parcerias com países emergentes e promovendo um diálogo mais amplo e colaborativo. Através da BRI e de outros projetos de investimento, a China está impulsionando o desenvolvimento de infraestrutura e energia em diversas economias em crescimento, criando um laço econômico que não apenas reforça sua influência, mas também contribui para o desenvolvimento sustentável desses países.

Nesse sentido, a crescente colaboração com países emergentes é fundamental. Ao se engajar em investimentos em setores estratégicos, a China não apenas amplia seu acesso a mercados e recursos naturais, mas também facilita a transferência de tecnologia e a troca de conhecimentos. Isso é particularmente crucial no âmbito da transição energética, onde a

China busca diversificar sua matriz energética, investindo em fontes renováveis e em tecnologias limpas. Ao fazê-lo, o país não apenas mitiga os efeitos adversos das mudanças climáticas, mas também posiciona suas indústrias em um mercado global cada vez mais competitivo e consciente da sustentabilidade.

Além disso, o papel da China como investidor global é indissociável de sua capacidade de dialogar com uma variedade de parceiros internacionais. Ao adotar uma postura colaborativa e inclusiva, a China se compromete com os objetivos do desenvolvimento sustentável, alinhando-se a acordos internacionais e iniciativas globais. Essa sinergia entre os países emergentes e a China é fundamental para criar uma rede de apoio mútuo, onde a prosperidade econômica e a proteção ambiental caminham lado a lado.

Portanto, a construção de um futuro energético mais limpo e eficiente não é apenas um objetivo interno da China, mas uma meta compartilhada com seus parceiros internacionais, cujo peso e influência são cruciais para o sucesso dessa transformação. Ao trilhar esse caminho, a China não apenas assegura sua própria sustentabilidade, mas também se posiciona como um catalisador para a mudança global, moldando um mundo multipolar onde a cooperação e a inovação são as chaves para um futuro mais sustentável e equitativo.

Referências

ARRIGHI, Giovanni Adam Smith em Pequim: **origens e fundamentos do século XXI**. São Paulo, Boitempo, 1996

ARRIGHI, Giovanni. **O Longo Século XX: Dinheiro, Poder e as Origens do Nosso Tempo**. São Paulo: Unesp-Contraponto, 2009.

BOSSLER, Ana; Débora de Andrade Rodrigues and Priscila Pereira. **A emergência da China no pós-crise financeira de 2008: O consenso de Beijing desde a microfísica do poder**. *Revista de Relaciones Internacionales, Estrategia y Seguridad* 9.2 (2014): 21-47. Disponível em: http://www.scielo.org.co/scielo.php?pid=S190930632014000200002&script=sci_arttext&tlng=pt Acesso em: 04 de out. de 2024

CHINA. **China's Policy Paper on Latin America and the Caribbean. State Council The People's Republic of China**. 2008. Disponível em: https://english.www.gov.cn/archive/white_paper/2016/11/24/content_281475499069158.htm. Acesso em: 04 de out. de 2024

CHINA. **China's Policy Paper on Latin America and the Caribbean. State Council The People's Republic of China**. 2016. Disponível em: https://english.www.gov.cn/archive/white_paper/2016/11/24/content_281475499069158.htm. Acesso em: 04 de out. de 2024

CHINA-SCPRC. **White Paper China's Foreign Aid. State Council The People's Republic of China**. 2011. Disponível em: https://english.www.gov.cn/archive/white_paper/2014/09/09/content_281474986284620.htm. Acesso em: 04 de out. de 2024

CHINA-SCPRC. **White Paper China's Foreign Aid. State Council The People's Republic of China**. 2014. Disponível em: https://english.www.gov.cn/archive/white_paper/2014/08/23/content_281474982986592.htm. Acesso em: 04 de out. de 2024

CISESKI, Pedro Paulo. "**China: milagre econômico e desafios pós-crise financeira internacional**." (2012). Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/4553. Acesso em: 04 de out. de 2024

GARCIA, Isabela de Oliveira and ROBERTO ALEXANDRE ZANCHETTA BORGHI. "**Desenvolvimento sustentável na China: o caminho para a descarbonização do mix energético.**" *Brazilian Journal of Political Economy* 44 (2024): e243620. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rep/a/hP5bYX8sDtLGywdk8fVYZ7w/abstract/?lang=pt. Acesso em: 04 de out. de 2024

GIRÓN, A. **De la de la gran crisis a la gran depresión de los 2020's: desenvolvimiento de China, reflexión post keynesiana y perspectivas**. Brazilian Journal of Latin American Studies, v. 19, n. 37, p. 22-43, 2020. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/prolam/article/view/169823. Acesso em: 04 de out. de 2024

IEA **- Energy system of China** disponível em: China - Countries & Regions - IEA

INTERNACIONAL MONETARY FUND. Asia and Pacific Dept. (2023). **Market Reforms in China's Power Sector**. *IMF Staff Country Reports*, *2023*(081), A004. Retrieved Mar 30, 2024, disponível em: https://doi.org/10.5089/9798400233517.002.A004. Acesso em: 04 de out. de 2024

LI, Zhongshu, et al. "**Pushing out or pulling in? The determinants of Chinese energy finance in developing countries."** Energy Research & Social Science 86 (2022): 102441. Disponível em: https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S2214629621005284. Acesso em: 04 de out. de 2024

LI, Zhongshu, Kevin P. Gallagher, and Denise L. Mauzerall. "**China's global power: Estimating Chinese foreign direct investment in the electric power sector**." Energy Policy 136 (2020): 111056. Disponível em: https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0301421519306433. Acesso em: 04 de out. de 2024

MA, Xinyue. "**Understanding China's global power.**" Global China Initiative (GCI) Policy Brief 10 (2020). Disponível em: https://www.bu.edu/gdp/files/2020/10/GCI_PB_000_EN-2.pdf. Acesso em: 04 de out. de 2024

MENDONÇA, Marco Aurélio Alves de; Carlos Renato da Fonseca; Ungaretti Lopes Filho and Juliana Kelly Barbosa da Silvia Oliveira. **A Nova Rota da Seda e a Projeção Econômica Internacional da China: redes de financiamento, fluxos de investimento externo direto (IED) e contratos de construção** (2022). Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstre

am/11058/10958/1/NT_ANovaRotadaSeda_Publicacao_Preliminar.pdf. Acesso em: 04 de out. de 2024

MOREIRA, Helena Margarido, and Wagner Costa Ribeiro. "**A China na ordem ambiental internacional das mudanças climáticas.**" *Estudos Avançados* 30.87 (2016): 213-234.Disponível em: https://www.scielo.br/j/ea/a/6tpjwS5ssjJ3rQhv9SJLymC/. Acesso em: 04 de out. de 2024

NUNES, Ticiana Gabrielle Amaral; Ungaretti, Carlos Renato; Di marco, Giulia Mariana Rodrigues; Mendonça, Marco Aurélio Alves de. **Os financiamentos chineses em energias renováveis na América Latina e os desafios das mudanças climáticas**. Brasília, DF : Ipea, nov. 2023. 70 p. : il. (Texto para Discussão, n. 2943). Disponível em: http://dx.doi.org/10.38116/td2943-port. Acesso em: 04 de out. de 2024

OURIQUES, Helton Ricardo, and Mariana Collette Piai Ersina. "**A geoeconomia da presença chinesa no Brasil através dos Investimentos Externos Diretos: o caso do setor de energia elétrica (2007-2021).**" Revista de Geopolítica 14.1 (2023): 1-17. Disponível em: http://revistageopolitica.com.br/index.php/revistageopolitica/article/view/446. Acesso em: 04 de out. de 2024

PAUTASSO, Diego. "**O fortalecimento das relações Sul-Sul: estratégia e realidade para os países emergentes**." Conjuntura Austral 2.8 (2011): ág-48. Disponível em: https://seer.ufrgs.br/ConjunturaAustral/article/view/22452. Acesso em: 04 de out. de 2024

PAUTASSO, Diego. "**Desenvolvimento e poder global da China: uma política Made in China 2025**." Austral: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais 8.16 (2019). Disponível em: https://seer.ufrgs.br/austral/article/view/88779. Acesso em: 04 de out. de 2024

RIBEIRO, Valéria Lopes. "**A economia política dos Estados Unidos e da China pós crise de 2008: interdependência econômica e relações interestatais**." Geosul 33.67 (2018): 11-37. Disponível em: https://periodicos.ufsc.br/index.php/geosul/article/view/2177-5230.2018v33n67p11. Acesso em: 04 de out. de 2024

SALVAGNI, Julice, et al. "**A ascensão chinesa e a nova rota da seda: mudanças globais, novas hegemonias.**" Sociedade e Estado 37 (2022): 673-696.Disponível em: https://www.scielo.br/j/se/a/4BtjBbySfX3yhyYDGN6mM6D/. Acesso em: 04 de out. de 2024

SANDALOW, David; Meidan, Michael; Andrews-Speed, Philip; Hove, Anders; Qiu, Sally; Downie, Edmund. "**Guide To Chinese Climate Policy 2022**." Oxford. 2022. Disponível em: https://www.oxfordenergy.org/publications/the-guide-to-chinese-climate-policy-2022/. Acesso em: 04 de out. de 2024

SANTOS, Leandro Teixeira dos and Marcelo Milan. "**Determinantes dos investimentos diretos externos chineses: aspectos econômicos e geopolíticos**." Contexto Internacional 36 (2014): 457-486. Disponível em: https://www.scielo.br/j/cint/a/zpJVD3SkrYYk9N5BcncYNN

k/?lang=pt&format=html. Acesso em: 04 de out. de 2024

SCHERER, André Luís Forti. "**A nova estratégia de projeção geoeconômica chinesa e a economia brasileira**." Revista Paranaense de Desenvolvimento-RPD 36.129 (2015): 35-51. Disponível em: https://ipardes.emnuvens.com.br/revistaparanaense/article/view/780. Acesso em: 04 de out. de 2024

TAN N, Chang L, Guo R (2021) **Investimento estrangeiro direto externo da China no setor energético: O papel das relações "íntimas" entre os países**. PLoS UM 16(7): e0254199. Disponível em: https://doi.org/10.1371/journal.pone.0254199. Acesso em: 04 de out. de 2024

VADELL, Javier Alberto, et al. "**El rol de la cooperación de China en la transformación estructural del Sur Global**." Geosul 35.77 (2020): 451-475. Disponível em:https://periodicos.ufsc.br/index.php/geosul/article/view/77452. Acesso em: 04 de out. de 2024

VADELL, Javier Alberto. "**El Foro China-CELAC e o novo regionalismo para um mundo multipolar: desafios para a Cooperação Sul-Sul**." Carta Internacional 13.1 (2018). Disponível em: https://www.cartainternacional.abri.org.br/Carta/article/view/733. Acesso em: 04 de out. de 2024

VISENTINI, Paulo Gilberto Fagundes. "**Defesa, diplomacia e desenvolvimento: os "3 D" da ascensão econômica e da projeção mundial da China**." Agricultura, alimentação e desenvolvimento rural na China. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2023. p. 55-71 (Cap. 2) (2023). Disponível em: https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/259051/001171575.pdf?sequence=1. Acesso em: 04 de out. de 2024

YING, Zhao. "**Desafios da China: Desenvolvimento Econômico e Poluição Ambiental.**" *org.* (2004): 123. Disponível em: https://biblioteca-repositorio.clacso.edu.ar/libreria_cm_archivos/pdf_831.pdf#page=119. Acesso em: 04 de out. de 2024